

INSTRUÇÕES

Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na Folha de Respostas, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO e nas questões da prova marque ao lado o comando. A ausência de marcação não penaliza e a marcação de ambos os campos serão apenadas. Para devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção das suas provas objetivas. Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura Situação hipotética: ... seguida de Assertiva: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta. Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "Espaço livre" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunhos etc.

TEXTO I EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO: OS DESAFIOS DA INCLUSÃO E DA QUALIDADE A educação brasileira, um tema de importância inquestionável, encontra-se em um perene processo de discussões e revisões, especialmente no que tange à sua capacidade de ser equânime e de qualidade para todos. As estatísticas e os relatos do cotidiano escolar frequentemente apontam para uma realidade complexa, onde avanços coexistem com desafios estruturais persistentes. A inclusão, por exemplo, embora consolidada como um pilar legal e moral, ainda enfrenta barreiras significativas na prática. Escolas que carecem de infraestrutura adequada, formação continuada insuficiente para os educadores e a ausência de materiais didáticos adaptados são apenas alguns dos entraves que dificultam a plena participação de estudantes com necessidades educacionais especiais. A alfabetização de adultos, outro gargalo histórico, revela por sua vez a persistência de um contingente expressivo da população que não teve acesso à educação formal na idade apropriada. Programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) são cruciais, mas a adesão e a permanência refletem não só a qualidade da oferta, mas também as condições socioeconômicas dos matriculados, que frequentemente precisam conciliar o estudo com o trabalho e as responsabilidades familiares. O abandono escolar, neste contexto, é um fenômeno multifacetado, que exige soluções integradas e políticas públicas robustas. As bibliotecas públicas, embora frequentemente subutilizadas e carentes de investimentos, desempenham um papel vital no fomento da leitura e no acesso à informação, podendo ser espaços catalisadores de aprendizado continuado, principalmente em comunidades mais vulneráveis. Contudo, a modernização de seus acervos e a ampliação de seu alcance digital e físico são imperativos para que cumpram seu potencial em um mundo cada vez mais conectado. O ensino técnico, por sua vez, é frequentemente apontado como uma rota estratégica para o desenvolvimento econômico e a inserção no mercado de trabalho. No entanto, a desarticulação entre as demandas do setor produtivo e a oferta formativa, bem como a precarização das condições de ensino, são desafios que merecem atenção urgente. Finalmente, a formação de professores emerge como a espinha dorsal de qualquer sistema educacional robusto. A valorização da carreira docente, a formação inicial e continuada de excelência, e a oferta de condições de trabalho dignas são fatores determinantes para a qualidade do ensino. Sem professores bem preparados e motivados, a implementação de currículos inovadores e a superação dos desafios educacionais

permanecem uma quimera. A educação brasileira é, portanto, um organismo vivo, que demanda atenção constante e investimento estratégico em todas as suas frentes. (Adaptado de Gazeta do Povo, nov. 2024) Com base no texto acima, julgue o item a seguir. 01-(IBED) O texto argumenta que a inclusão escolar, apesar de ser um pilar legal, encontra na prática óbices como a falta de infraestrutura e a formação inadequada de educadores, o que impede a plena participação de todos os estudantes.

02-(IBED) No segmento 'A alfabetização de adultos, outro gargalo histórico, revela por sua vez a persistência de um contingente expressivo', o uso do travessão isola um aposto explicativo que poderia ser substituído por vírgulas sem prejuízo do sentido ou da correção gramatical.

03-(IBED) A oração 'que frequentemente precisam conciliar o estudo com o trabalho e as responsabilidades familiares' classifica-se como subordinada adjetiva restritiva e restringe o sentido de 'condições socioeconômicas', especificando-as.

04-(IBED) O termo 'quimera', empregado ao final do texto ('permanecem uma quimera'), denota algo que é uma realidade palpável e alcançável com os esforços atuais, indicando um objetivo pragmático para a educação.

05-(IBED) No trecho 'As bibliotecas públicas, embora frequentemente subutilizadas e carentes de investimentos, desempenham um papel vital no fomento da leitura', a palavra 'embora' pode ser substituída por 'ainda que', mantendo-se o sentido e a correção gramatical do período.

06-(IBED) A avaliação de políticas públicas deve ser realizada exclusivamente por órgãos do controle externo, como o Tribunal de Contas, para garantir a imparcialidade e a objetividade dos resultados, evitando qualquer tipo de viés político ou administrativo.

07-(IBED) Em um cenário de implementação de uma política de cotas raciais em universidades públicas, a justificativa para tal política se enquadraria no conceito de igualdade material, visando corrigir desigualdades históricas e promover acesso equitativo, diferentemente da igualdade formal que pressupõe o tratamento idêntico a todos sem considerar contextos diferenciados.

08-(IBED) A accountability, essencial para a boa governança pública, refere-se unicamente à prestação de contas dos gestores públicos aos órgãos de controle, não englobando a responsabilidade política perante os cidadãos nem a possibilidade de sanções por falhas na gestão.

09-(IBED) Uma política pública de acessibilidade para pessoas com deficiência, ao prever a adaptação de espaços e serviços, configura uma medida de inclusão que busca eliminar barreiras, mas não necessariamente promove a diversidade, que se limita à representação de diferentes grupos sociais.

10-(IBED) A efetividade de uma política pública refere-se à capacidade de produzir os resultados esperados, ou seja, de alcançar os objetivos propostos, independentemente dos recursos empregados ou do tempo gasto para tal.

11-(IBED) A governança climática global caracteriza-se pela atuação exclusiva de organismos supranacionais, como a ONU, sem que os estados-nação ou atores não estatais desempenhem papéis significativos na formulação e implementação das políticas climáticas.

12-(IBED) No contexto da política externa brasileira, o conceito de 'autonomia pela distância', que vigorou em certos períodos, preconizava a minimização das alianças fixas e a busca por flexibilidade nas relações internacionais para defender os interesses nacionais, caracterizando uma postura pragmática.

13-(IBED) A laicidade do Estado brasileiro, consagrada na Constituição Federal, implica a proibição de qualquer manifestação religiosa em espaços públicos e a total desconsideração de aspectos religiosos na formulação de políticas públicas, visando a uma neutralidade absoluta.

14-(IBED) Situação hipotética: Um grupo de cidadãos, em descontentamento com decisões judiciais recentes, organiza uma manifestação em uma praça pública para expressar sua opinião e buscar apoio para uma mudança legislativa. Assertiva: Essa manifestação se enquadra plenamente no exercício da cidadania democrática e do direito de livre expressão, desde que pacífica e respeite a ordem pública e os direitos de terceiros.

15-(IBED) O tráfico humano é um problema restrito a nações em desenvolvimento, caracterizando-se predominantemente pela exploração sexual, sem envolver outras formas de exploração ou atingir países desenvolvidos como destinos ou origens.

16-(IBED) Um colaborador de uma organização governamental acessa seu e-mail profissional via navegador e, para garantir maior segurança, opta por utilizar a autenticação de múltiplos fatores (MFA). Nesse caso, a MFA adiciona uma camada de segurança que exige apenas a senha do usuário, confirmando sua identidade.

17-(IBED) Ao elaborar uma apresentação em um aplicativo de escritório como o Microsoft PowerPoint, a função de 'controle de alterações' permite que diferentes usuários revisem e sugiram modificações no conteúdo, sendo as alterações visíveis e passíveis de aceitação ou rejeição pelo autor original do documento, contribuindo para a colaboração eficiente.

18-(IBED) Um usuário de um sistema de escritórios em nuvem, como o Google Drive ou o OneDrive, decide mover um arquivo da pasta local sincronizada para a lixeira do sistema operacional. Ao fazer isso, o arquivo será excluído tanto localmente quanto na nuvem, devido ao mecanismo de sincronização automático configurado para essas plataformas.

19-(IBED) A engenharia social é uma técnica de ataque cibernético que se baseia exclusivamente em falhas de segurança de hardware, visando explorar vulnerabilidades físicas nos sistemas computacionais para obter acesso indevido a dados.

20-(IBED) Na criação de planilhas eletrônicas, ao utilizar fórmulas, as referências relativas (como A1) ajustam-se automaticamente quando copiadas ou preenchidas para outras células, enquanto as referências absolutas (como \$A\$1) permanecem fixas, independentemente da nova localização da fórmula.

21-(IBED) Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), a criança, enquanto sujeito histórico e de direitos, deve ser concebida como alguém que aprende a partir de esquemas cognitivos inatos que se desenvolvem sequencialmente, sem influência substancial do contexto sociocultural, o que alinha a perspectiva construtivista de Piaget com a concepção de infância preconizada. (Resolução CNE/CEB nº 5/2009)

22-(IBED) O Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma Escola de Educação Infantil, ao ser elaborado, deve necessariamente priorizar a dimensão técnica-instrumental do ensino, visando à padronização de práticas e à neutralidade axiológica, a fim de garantir a eficácia dos processos pedagógicos independentemente das particularidades do contexto social e cultural da comunidade escolar.

23-(IBED) Conforme a perspectiva sociointeracionista de Vygotsky, o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores ocorre primeiramente no plano interpsicológico para, posteriormente, ser internalizado no plano intrapsicológico, sendo a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) o espaço onde a criança, com o auxílio de um mediador, é capaz de realizar tarefas que ainda não faria sozinha, condicionando, portanto, a aprendizagem ao desenvolvimento prévio e independente.

24-(IBED) A avaliação na Educação Infantil, nos termos da legislação vigente, deve assumir caráter de acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, com o objetivo precípuo de promoção e classificação para a transição ao Ensino Fundamental, embora não deva ser instrumentalizada por instrumentos formais como provas e notas, permitindo a retenção em casos de não aquisição de competências pré-determinadas.

25-(IBED) A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96) estabelece que a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, sendo sua organização curricular pautada exclusivamente pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sem a necessidade de um currículo próprio da instituição.

26-(IBED) No contexto das tendências pedagógicas, a Pedagogia Tradicional preconiza que a relação professor-aluno deve ser de autoridade unilateral, onde o professor é o detentor do saber e o aluno um receptor passivo, focando-se na transmissão de conteúdos enciclopédicos e na memorização, sem considerar as experiências prévias dos discentes, o que difere substancialmente da Pedagogia Progressista, que valoriza a autonomia e a construção do conhecimento pelo aluno.

27-(IBED) O planejamento de ensino, em seus elementos constitutivos, deve se limitar à definição de objetivos e seleção de conteúdos preestabelecidos por currículos oficiais, desconsiderando a necessidade de flexibilização e adaptação às necessidades e interesses reais dos alunos, bem como a avaliação formativa contínua, uma vez que esta última é uma etapa posterior e dissociada do planejamento inicial.

28-(IBED) A brincadeira, como eixo norteador do currículo da Educação Infantil, na perspectiva das DCNEI e da BNCC, assume um papel secundário no desenvolvimento cognitivo, sendo primordialmente uma atividade de entretenimento, cuja função principal é garantir o ócio e o bem-estar social da criança, reservando os momentos de ensino formal para a aquisição de habilidades pedagógicas.

29-(IBED) A Epistemologia Genética de Jean Piaget postula que o desenvolvimento cognitivo precede a aprendizagem, operando em estágios sequenciais e universais, nos quais a criança constrói seu conhecimento através da interação com o ambiente físico e social, mediante processos de assimilação e acomodação. Contudo, essa teoria minimiza a influência do meio cultural e social, atribuindo um papel quase exclusivo à maturação biológica e à ação individual da criança sobre os objetos para o avanço de suas estruturas mentais.

30-(IBED) Situação hipotética: Uma professora da Educação Infantil tem como prática comum apresentar às crianças materiais impressos diversos e estimular a exploração de textos com diferentes propósitos (ler uma receita, identificar rótulos, folhear livros de histórias) desde os três anos de idade. Assertiva: Tal prática está em consonância com as orientações para o desenvolvimento da competência leitora na Educação Infantil, que preconiza a imersão da criança no universo da cultura escrita e a exposição a diferentes gêneros textuais, mesmo antes da alfabetização formal, contrariando a ideia de que a aquisição da leitura é um processo meramente técnico que se inicia somente no Ensino Fundamental.

31-(IBED) A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao definir direitos de aprendizagem e campos de experiência para a Educação Infantil, estabelece que as instituições devem adotá-los como grade curricular rígida e exaustiva, de modo a garantir a uniformidade nacional do ensino, desconsiderando a autonomia pedagógica das escolas e a diversidade cultural e regional dos contextos educativos na elaboração dos seus currículos.

32-(IBED) As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos prescrevem que o currículo deva ser pautado na interdisciplinaridade e na contextualização do conhecimento, buscando superar a fragmentação disciplinar. No entanto, sua implementação ideal permite que cada disciplina seja ensinada de forma estanque, desde que haja a garantia de cumprir a ementa de cada área de conhecimento, sem exigir articulação explícita entre elas.

33-(IBED) A função social da escola, no âmbito da educação brasileira, transcende a mera transmissão de conteúdos acadêmicos, englobando a formação integral do indivíduo para a cidadania plena e a transformação social, o que implica em uma postura crítica e ativa frente aos desafios da sociedade, contrariando, portanto, qualquer concepção que a reduza a um espaço neutro de reprodução de saberes hegemônicos.

34-(IBED) A relação professor-aluno, sob a ótica do valor pedagógico, deve ser construída sobre a base do paternalismo e da superproteção, visando a amenizar os desafios e frustrações do processo de aprendizagem, o que, em última instância, impede o desenvolvimento da autonomia e da capacidade crítica do aluno, características essenciais para a sua formação integral.

35-(IBED) Concepções de avaliação de caráter somativo, focadas na mensuração de resultados e na classificação dos estudantes, são as mais apropriadas para a etapa da Educação Infantil, pois permitem identificar e remediar precocemente as lacunas de aprendizagem antes do ingresso no Ensino Fundamental, o que está em conformidade com as orientações da LDB para essa fase educacional.

36-(IBED) Situação hipotética: Em uma unidade de Educação Infantil, observa-se que o planejamento curricular é frequentemente elaborado sem a participação efetiva das famílias, sob a justificativa de que a gestão pedagógica é de responsabilidade exclusiva dos profissionais da educação. Assertiva: Essa prática, embora comum, contraria o princípio da gestão democrática do ensino público e ignora a importância da parceria Escola e Família, preconizada pelas diretrizes educacionais, que reconhecem o papel co-educador dos pais no desenvolvimento da criança e na construção do PPP.

37-(IBED) O currículo de Educação Infantil, de acordo com as DCNEI, deve ser flexível e adaptável às realidades locais, assegurando, contudo, os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento estabelecidos pela BNCC, que são um conjunto mínimo de experiências essenciais para a criança. A não observância de um desses direitos em qualquer proposta curricular de uma instituição específica, mesmo que justificada por particularidades regionais, implicaria em desconformidade com a legislação federal.

38-(IBED) Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), publicados nos anos 90, embora não sejam impositivos e tenham caráter de orientação, ainda fornecem subsídios relevantes para a prática pedagógica, especialmente no que tange à abordagem interdisciplinar e à contextualização dos conteúdos, coexistindo e complementando as diretrizes da BNCC, que se tornou o principal documento curricular normativo mais recente.

39-(IBED) A Educação Básica, em suas diretrizes de acesso, permanência, inclusão e enfrentamento do fracasso escolar, deve pautar-se pela meritocracia, onde o esforço individual do aluno é o principal determinante de seu sucesso ou fracasso, cabendo à escola oferecer os meios, mas sem responsabilizar-se ativamente pela superação das desigualdades sociais que afetam o processo de aprendizagem.

40-(IBED) O Planejamento Curricular, em sua dimensão mais abrangente, deve compreender a definição dos objetivos educacionais, a seleção e organização dos conteúdos, a escolha das metodologias e a proposição de instrumentos avaliativos, contudo, é um processo que precede a elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola, atuando como um guia preliminar para a sua construção.

41-(IBED) A organização do tempo escolar e do conhecimento, no âmbito da Educação Infantil, deve ser rígida e padronizada para todas as faixas etárias, com horários fixos para as atividades didáticas e recreativas, garantindo assim a previsibilidade e a adaptação das crianças à rotina escolar, conforme as recomendações dos parâmetros curriculares nacionais para essa etapa.

42-(IBED) A LDB define que a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, sendo que a escolarização mínima obrigatória e gratuita para todos é de quatro anos, correspondente ao ensino fundamental.

43-(IBED) Situação hipotética: Um grupo de professores de Educação Infantil decide implementar um projeto que integra as áreas de linguagem e ciências, promovendo atividades de observação de plantas e escrita de pequenos textos sobre o processo de crescimento. Assertiva: Essa abordagem está em consonância com a ideia de currículo integrado e com a perspectiva de campos de experiências da BNCC, que buscam transcender a mera justaposição de conteúdos isolados, embora a BNCC não exija explicitamente a interdisciplinaridade como metodologia mandatoriamente aplicável a todos os campos de experiência em todas as fases da Educação Infantil.

44-(IBED) A concepção de infância adotada nas DCNEI e na BNCC pressupõe a criança como um ser que necessita ser tutelado e moldado pelo adulto, com pouca capacidade de agência e participação ativa na construção de sua aprendizagem, o que justifica a centralização das decisões pedagógicas exclusivamente no professor.

45-(IBED) A relação professor-aluno, sob a perspectiva de Paulo Freire, deve ser essencialmente dialógica, horizontal e libertadora, na qual ambos se educam mutuamente, superando a dicotomia entre ensinante e aprendente, o que diverge substancialmente da noção de educação bancária, que reproduz a hierarquia e a passividade dos educandos.

46-(IBED) O processo de ensino-aprendizagem, sob uma ótica construtivista social, é um fenômeno complexo que exige a centralidade do professor como único mediador do conhecimento, sendo que a interação entre pares na construção do saber, embora possa ocorrer, não é um motor essencial para o desenvolvimento cognitivo significativo.

47-(IBED) Os princípios e fins da educação nacional, estabelecidos na LDB, incluem o respeito à liberdade e apreço à tolerância, bem como a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, e também a consideração da diversidade étnico-racial em seu caráter inalienável e irrenunciável, o que implica que qualquer currículo deve abranger essa perspectiva de forma transversal e integradora.

48-(IBED) A avaliação formativa, que se concentra no acompanhamento contínuo do processo de aprendizagem, fornecendo feedback para ajustes pedagógicos, embora seja fundamental para o Ensino Fundamental, demonstra-se inviável na Educação Infantil devido à imaturidade cognitiva das crianças para compreender e internalizar os resultados dessa avaliação, sendo mais adequado um modelo de observação assistemática.

49-(IBED) Situação hipotética: Uma instituição de Educação Infantil adota um currículo que dedica a maior parte do tempo à instrução formalizante de letras e números para crianças de 4 e 5 anos, com o objetivo de prepará-las para o Ensino Fundamental. Assertiva: Essa abordagem pode configurar uma antecipação inadequada de conteúdos e metodologias próprias do Ensino Fundamental, desrespeitando o caráter lúdico e interativo que deve permear a Educação Infantil, conforme preconizam as DCNEI e a BNCC, que valorizam as brincadeiras e as interações como eixos estruturantes do currículo.

50-(IBED) O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento construído coletivamente pela comunidade escolar, que reflete a identidade da instituição e seus propósitos educativos, sendo, contudo, dispensável sua revisão periódica, uma vez que seus princípios e eixos norteadores devem ser estáveis e universais, não sujeitos a alterações contextuais ou a novas demandas sociais.